



PRÁTICAS COLABORATIVAS DOCENTES NA ESCOLA COMUM: POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA

**Adriana Aparecida Grando adrianag@unochapeco.edu.br; Unochapecó
Tania Mara Zancanaro Pieczkowski; taniazp@unochapeco.edu.br; Unochapecó**

Resumo

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola comum tensiona a lógica normatizadora e configura um processo complexo que demanda transformações nas políticas educacionais, nas concepções institucionais e nas práticas pedagógicas. O crescimento expressivo das matrículas de estudantes com TEA na educação básica nos últimos anos evidencia avanços no acesso, mas não garante participação efetiva, revelando contradições entre inclusão e exclusão. A escola, como espaço normativo e historicamente excludente, ainda se organiza por padrões de normalidade que reproduzem discursos clínicos e classificatórios, limitando a atuação docente e a construção de estratégias inclusivas. Nesse cenário, as práticas colaborativas entre professores emergem como possibilidade de responder às demandas educacionais, ao promover compartilhamento de saberes, corresponsabilidade e valorização da diversidade. O objetivo geral da pesquisa foi compreender como se constitui a interação entre professores que atuam com crianças com TEA na escola comum, com vistas à inclusão. Os objetivos específicos buscaram identificar características das crianças com TEA, compreender os desafios enfrentados pelos docentes para atuar com estudantes com TEA, analisar situações que favorecem práticas colaborativas e investigar a formação continuada oferecida pelo Estado de Santa Catarina. O estudo foi realizado em uma escola pública estadual de Chapecó (SC), com a participação de 13 professores dos anos iniciais do ensino fundamental, incluindo regentes, segundo professor de turma, docente do AEE e professores de Arte e Educação Física. A abordagem



metodológica foi qualitativa, com entrevistas narrativas organizadas em agrupamentos temáticos e analisadas sob inspiração foucaultiana da análise de discurso. Os resultados indicam que, embora práticas colaborativas estejam previstas em políticas educacionais, sua efetivação é limitada por fatores institucionais, como escassez de tempo para planejamento, ausência de espaços de diálogo e formação continuada restrita a determinados profissionais. Professores relataram insegurança e sobrecarga diante da falta de capacitação específica, sendo frequente a busca por formações autônomas, realizadas fora do horário de trabalho e com recursos próprios. Essa lacuna evidencia dispositivos de poder que responsabilizam individualmente o docente pela gestão de sua formação, frente ao frágil papel do Estado em garantir condições estruturais adequadas. Apesar dos entraves, os professores criam momentos de coensino, adaptam materiais e compartilham observações sobre o desempenho dos estudantes, o que ressignifica práticas pedagógicas e desafia prescrições médicas e barreiras institucionais. As narrativas revelam que o ensino de estudantes com TEA demanda sensibilidade, criatividade e disposição para promover a interação e aprendizagem, reconhecendo a singularidade de cada criança. A pesquisa aponta que as práticas colaborativas, ainda que tensionadas por discursos normativos, configuram estratégias de resistência e potencializam a inclusão, reforçando a necessidade de políticas públicas que assegurem o direito à educação, valorizem a cooperação entre profissionais e promovam ambientes escolares abertos à diversidade.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Práticas colaborativas. Educação Especial. Normalização.